

Demarcar telas e reflorestar mentes Território e vida em ativismos indígenas

DANIEL OLIVEIRA DE FARIAS

*Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil*

ITANIA MARIA MOTA GOMES

*Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil*

ID 2996

Recebido em

31.10.2023

Aceito em

14.11.2024

As relações entre território e vida, centrais em ativismos indígenas, são compreendidas através de fluxos audiovisuais em rede. Cartografamos, enquanto prática analítica de articulação, formas comunicativas de confronto político que constituem lutas indígenas em fluxos audiovisuais em rede nas mobilizações Levante Pela Terra, Luta Pela Vida e Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Destacamos as proposições de demarcar telas e reflorestar mentes como formas comunicativas em ativismos indígenas que articulam afetos em valores, significados, territorialidades e agendas políticas em experimentações e possibilidades de transformação de configurações hegemônicas da comunicação e do território.

Palavras-chave: Ativismo indígena. Afeto. Território. Fluxos audiovisuais em rede.

Demarcating Screens and Reforesting Minds: Territory and Life in Indigenous Activism

The relationships between territory and life, central to indigenous activism, are understood in networked audiovisual flows. We mapped, as an analytical practice of articulation, communicational forms of political confrontation that constitute indigenous struggles in networked audiovisual flows related to the Levante Pela Terra, Luta Pela Vida and Marcha Nacional das Mulheres Indígenas mobilizations. We highlight the propositions of demarcating screens and reforesting minds as communicational forms that articulate affects in values, meanings, territorialities and political agendas in experiments, rearticulations and possibilities for transforming hegemonic formations of communication and territory.

Keywords: Indigenous activism. Affect. Territory. Networked audiovisual flows.

Demarcar las pantallas y reforestar las mentes: territorio y vida en el activismo indígena

Las articulaciones entre territorio y vida, centrales para el activismo indígena, se entienden a través de flujos audiovisuales en red. Cartografamos, como práctica analítica de articulación, formas comunicacionales de confrontación política que constituyen luchas indígenas en flujos audiovisuales en red relacionados con las movilizaciones de Levante Pela Terra, Luta Pela Vida y Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Destacamos las propuestas de demarcar las pantallas y reforestar las mentes como formas comunicacionales que articulan afectos en valores, significados, territorialidades y agendas políticas en experimentaciones, rearticulaciones y posibilidades de transformación de formaciones hegemónicas de comunicación y territorio.

Palabras clave: Activismo indígena. Afecto. Territorio. Flujos audiovisuales en red.

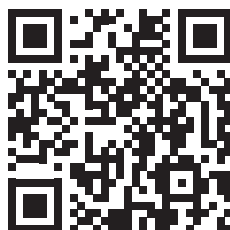
Daniel Oliveira **DE FARIAS**

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Póscom/UFBA) e pesquisador do Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação (TRACC). Bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

E-mail: danoliveiradefarias@gmail.com

ORCID



Itania Maria **MOTA GOMES**

Professora titular aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA (Póscom/UFBA) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA, coordena o Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação.

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

E-mail: itaniagomes@gmail.com

ORCID



Introdução

O cotidiano de povos indígenas¹ tem sido marcado por uma contínua luta pela vida desde o início da colonização do Brasil, no começo do século XVI. A invasão europeia configurou uma série de violências e ameaças à existência e aos modos de vida nativos. Múltiplas culturas indígenas foram atacadas de maneiras variadas – de escravização e genocídio ao apagamento das suas lutas na historiografia hegemônica e em discursos institucionais, em prol de tentativas de dominação e consentimento com ideias de unidade cultural coesa, de pureza e de integração nacional. Ao mesmo tempo que tal formação cultural sob um viés colonial é reproduzida nos territórios invadidos, os povos originários seguem resistindo e lutando por território e pela vida.

A demarcação dos territórios indígenas, então, se torna uma agenda política, uma vez que a colonização instaurou um processo contínuo de roubo de terras – e neste momento um tipo de esbulho se apresenta no sentido atual. Um projeto de genocídio é praticado (Cruz, 2022a), e uma estratégia de resistência que é adotada, em certa medida nos termos do Estado-nacional, é a defesa da demarcação das terras, “nos reduzindo a lugares que são chamados de parques, reservas, aldeias ou terras indígenas”, como explica Ailton Krenak (2018, p. 28), o que “já é uma redução absoluta do sentido de liberdade, de soberania e de qualidade de vida que o nosso povo sempre experimentou e viveu durante gerações e gerações”. Existe, portanto, um componente contextual – ainda que comporte o paradoxo de uma urgência de longa duração – da demarcação como agenda política e forma essencial de assegurar a continuidade desses modos de vida.

Como uma conquista das lutas indígenas, a demarcação adquire o caráter de direito com a promulgação da Constituição de 1988, mas não vem sendo implementada como previsto desde então e tem sido, nos últimos anos, contestada em uma contra-ofensiva de setores econômicos e da extrema-direita. Depois de mais de trinta anos do estabelecimento da chamada Constituição Cidadã, a demarcação permanece a principal agenda de ativismos indígenas, tanto em relação ao Estado brasileiro quanto na disputa de afetos, significados e valores em defesa do território e da vida. A demarcação de territórios indígenas assume, dessa maneira, uma centralidade afetiva como modo de engajamento político (Grossberg, 2018) em formas culturais e comunicativas do ativismo indígena.

Buscamos compreender a conformação de ativismos indígenas contemporâneos no Brasil em processos culturais e comunicacionais, em fluxos audiovisuais em rede (Gomes, 2023), a partir das relações inseparáveis com território e vida. Argumentamos pela relevância dos conceitos de *afeto e território*, avançando na articulação de uma proposição ontológica e relacional (Escobar, 2008; 2016) da territorialidade que parte do cotidiano das lutas indígenas. Desenvolvemos um entendimento dos ativismos como processos afetivos que conectam formas de confronto político já amplamente reconhecidas como repertórios (Tilly, 2006), a exemplo dos protestos de rua, acampamentos e outras formas culturais – em destaque as formas comunicativas e territoriais, em constante produção, reprodução e experimentação, enquanto tecnoculturas (Gomes; Antunes, 2019) marcadas por experiências em fluxos comunicacionais que articulam fluxos audiovisuais, de imagens e informações.

Cartografamos formas comunicativas e afetos em ativismos indígenas que possibilitam adentrar e construir contexto, enquanto prática analítica dos Estudos Culturais, na articulação das lutas por território como lutas pela vida. Para Lawrence Grossberg (2010, p. 21), se “um contexto pode ser compreendido como as relações que foram produzidas no interesse de certas posições de poder, a luta para mudar o contexto

01 A expressão “povos indígenas” refere-se a uma configuração identitária, posicional e coletiva, ou seja, a uma categoria política de pertencimento enquanto “originários da terra”, considerando que há uma generalização construída no processo de colonização que toma, de modo arbitrário e violento, diversos povos/etnias – com formas de vida e de organização, histórias e línguas variadas – enquanto um conjunto homogêneo: “os índios”.

envolve a luta para mapear essas relações e, quando possível, desarticulá-las e rearticulá-las⁰². A articulação de produtos e processos comunicacionais enquanto fluxos audiovisuais em rede demanda um trabalho metodológico cartográfico em que as formas culturais, comunicativas e territoriais são analisadas de maneira interconectada, organizando engajamentos afetivos, valores, significados e agendas políticas. Não se trata da produção de um mapa prévio como itinerário, nem de mera estratégia de visualização de dados, mas, antes, de um gesto metodológico e político de “pôr em relação”, como articulação das experiências, afetos e formas culturais.

A cartografia apresentada é constituída a partir das nossas experiências e engajamentos afetivos⁰³, em fluxos audiovisuais em rede, com as lutas indígenas, incluindo a participação ativa em eventos de protesto e os processos comunicacionais. É a partir das nossas experiências no entorno tecnocomunicativo, enquanto sujeitos sociais e políticos, enquanto pesquisadores da Comunicação, que mapeamos audiovisuais temporal e espacialmente marcadas – no caso deste artigo, as que configuram as lutas dos povos indígenas. O compromisso radicalmente contextual, materializado no percurso cartográfico, não significa desconsiderar as determinações das relações de força desiguais e estabilizadas em estruturas de poder, mas compreender que certas configurações do contexto como um todo harmonioso, sem tensões ou fissuras, não estão dadas e nem devem ser naturalizadas. Dessa maneira, a prática analítica de desarticulação e rearticulação é compreendida como um modo de cartografar que busca instabilizar processos de normatização e estabilização dos processos da comunicação, visando rearticular relações e potencialidades de mudança cultural e transformação social.

Refletimos, desse modo, sobre concepções de território e vida em ativismos indígenas e discutimos possibilidades de rearticulação de experiências, sentidos, valores e práticas comunicativas e territoriais hegemônicas, principalmente aquelas que reproduzem ou atualizam lógicas de exclusão, dominação, exploração e violência. Conectamos produções audiovisuais nas mobilizações indígenas Levante Pela Terra, Luta Pela Vida e Marcha Nacional das Mulheres Indígenas – realizadas entre junho e setembro de 2021, durante a pandemia de Covid-19 –, em que sentidos de território e vida se apresentam desde a convocação dos eventos, conectando formas comunicativas e territoriais do ativismo. Os fluxos audiovisuais em tais processos políticos revelam formas culturais e comunicativas do ativismo que articulam sensibilidades, visões de mundo, orientações e relações de pertencimento como engajamentos políticos, e esse processo caracteriza o que compreendemos como articulação de afetos enquanto coletividades potentes (Farias, 2023; Gilbert, 2014).

Na cartografia realizada conectamos como rede, em fluxos audiovisuais, duas formas culturais e comunicativas do ativismo indígena: *demarcar telas e reflorestar mentes*, ambas apresentadas como convocações para a mobilização em defesa de valores, significados e agendas políticas. Elas lutam pela demarcação de territórios e contra iniciativas institucionais, como projetos de lei (PL) que atacam direitos ou a chamada tese do Marco Temporal⁰⁴, ao mesmo tempo que constituem afetos em formas comunicativas centrais nas relações entre território e vida em ativismos indígenas no Brasil.

02 No original: “If a context can be understood as the relationships that have been made by the operation of power, in the interests of certain positions of power, the struggle to change the context involves the struggle to map out those relations and, when possible, to disarticulate and rearticulate them”.

03 Os nossos engajamentos afetivos implicam uma radical solidariedade com essas lutas, com o enfrentamento das violências geradas pelo racismo e pelo genocídio contra os povos indígenas e com a defesa da agenda de demarcação dos territórios no reconhecimento da dimensão ontológica de suas lutas pela existência, e envolvem a prática ativista de Daniel Farias e os seus vínculos familiares e de pertencimento com o povo Fulni-ô. O pesquisador e ativista colabora com o coletivo Thul’sê Audiovisual, formado por indígenas do povo Fulni-ô, na cobertura de eventos de protesto indígenas, incluindo o Acampamento Terra Livre, e integra o coletivo de indígenas que fundou a Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas (Abrinjor) no início de 2024.

04 A chamada tese do Marco Temporal, cujo argumento central afirma que somente territórios indígenas ocupados por um povo indígena em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Brasileira, poderiam ser demarcados, estava sendo julgada pelo STF a partir de um Recurso Extraordinário, com repercussão geral. O Marco Temporal é baseado em uma leitura equivocada e interessada da Constituição de que a legislação referente aos povos indígenas não teria “efeito retroativo”, desconsiderando suas relações tradicionais e ancestrais com o território sintetizadas no texto constitucional (caput do seu artigo 231).

Afeto, coletividade e capacidade de agir

Uma perspectiva afetiva, com ênfase naquilo que mobiliza e articula o engajamento político, é decisiva para uma compreensão dos ativismos para além do esforço descritivo ou de uma análise crítica ao que seja normativo. Em uma abordagem dos Estudos Culturais, no trabalho de Grossberg (2018), o afeto refere-se, em primeira instância, à capacidade de afetar e ser afetado que marca toda e qualquer relação entre corpos – sejam eles humanos, não-humanos e além de humanos. Mas, para o autor, o afeto também define a textura das experiências vividas e permite acessar os seus elementos que ainda não estão organizados ou reconhecidos em significados na linguagem, e assim observar outras relações possíveis entre o que é o vivível e o articulável em certos contextos em movimento.

O afeto, nessa leitura, refere-se a uma capacidade de romper com a indiferença, aumentando ou diminuindo a nossa capacidade de agir. Ou seja, diz respeito à intensidade com que certos eventos, significados, lugares e posições nos movem no cotidiano, na relação constitutiva entre individualidade e sociabilidade. Dessa maneira, o afeto é uma forma de compreender os processos culturais e comunicacionais e coloca enquanto questão – em um esforço analítico conjuntural – como ideias, eventos e posições são (ou podem ser) mobilizadas, articuladas e movidas em determinadas direções.

Para Grossberg (2010), os afetos são organizados em práticas e dispositivos culturais, o que contribui para a compreensão de como formas culturais e compromissos políticos são articulados, desarticulados e rearticulados em processos de comunicação. Enquanto energia da mediação cultural e forma de engajamento identitário (Farias; Gomes, 2021), os afetos funcionam como dispositivos de mobilização coletiva, constituindo mapas de importância a partir dos quais agimos. Uma perspectiva afetiva da identidade e do ativismo político possibilita conceber as identidades mais como posicionalidades plurais e políticas (Hall, 2013; Gilroy, 2001), relacionadas às ecologias de pertencimento (Grossberg, 2018) e às coletividades “não apenas em termos de agregações de indivíduos atomizados ou de comunidades homogeneizantes”⁵ (Gilbert, 2014, p. 10), mas como potência criativa capaz de mobilizar e experimentar formas de fazer política. Na articulação de identidades em coletividades potentes (Farias, 2023; Gilbert, 2014), os afetos podem constituir bases para a solidariedade e a aliança, o compromisso político e a desestabilização de ideais de identidades unificadas (Gilroy, 2001; Baniwa, 2022), assim como diferenças e exclusões.

Para a cartografia de fluxos audiovisuais indígenas que empreendemos, a perspectiva dos afetos é relacionada às especificidades dos territórios, considerando os processos de colonização e também de colonialidade do poder – que, de acordo Aníbal Quijano (2014), concerne ao padrão mundial de poder colonial, moderno, capitalista e eurocentrado de produção e reprodução de um saber apresentado como universal. Procuramos desestabilizar as lógicas e significados dominantes de território a partir da configuração afetiva de territorialidades (Farias; Gomes, 2021). Seguimos o desenvolvimento do conceito de *territorialidade* em conjunto com o conceito de *afeto*, avaliando os seus desdobramentos enquanto ferramentas teóricas e analíticas para a compreensão de processos comunicacionais.

Territorialidade como política afetiva

Retomamos o trabalho de Jesús Martín-Barbero (2009; 2014), pois, se a sua abordagem não faz referência exatamente à territorialidade, a ideia de considerar o próprio espaço e as migrações populacionais como eixos que conformam o nosso entorno tecnocomunicativo fornece pistas para compreender os

⁰⁵ No original: “that human (and even extra-human) collectivity does not have to be understood merely in terms of aggregations of atomised individuals or of homogenising and homogeneous communities”.

territórios não mais como estabilizações exigidas pelo Estado na delimitação de limites/fronteiras ou da propriedade privada, mas como construções flexíveis e possivelmente abertas. Para o autor, a globalização envolve a compressão do tempo e do espaço, com migrações frequentes do Sul para o Norte e, ao mesmo tempo, fluxos de imagens e informações que nos atravessam a todo momento. A circulação constante de pessoas e informações seria organizada, por exemplo, em redes audiovisuais que operam uma nova dinâmica de espaços e trocas em que referências e formas materiais e simbólicas são vivenciadas de forma entrelaçada e diversificada.

Essa noção flexível de espacialidade possibilita uma aproximação com a concepção de territorialidade do geógrafo Rogério Haesbaert (2014, p. 64), que diz respeito às formas como nos engajamos com territórios em suas dimensões material, simbólica e de poder, “podendo ser efetivamente inserida como estratégia político-cultural”. A territorialidade está ligada às disputas culturais, afetivas e políticas sobre territórios, informando relações de poder e imaginários, e nesse sentido se estabelece a partir tanto de uma prática analítica quanto de uma prática política nos espaços.

Em uma ampliação da compreensão de territorialidade, consideramos ainda sua dimensão ontológica, sobretudo pelo importante trabalho do antropólogo colombiano Arturo Escobar sobre ativismos territoriais. Ao reconhecermos que o processo de colonização e de formação de uma modernidade hegemônica eurocêntrica e autocentrada estabelece uma lógica dualista de identidade e diferença – *eu e outro*, nós e eles – com base em uma imagem e semelhança com o homem europeu e ocidental em sua pretensão de universalidade (Dussel, 1993), devemos pensar em uma ontologia política dos territórios (Escobar, 2008; 2016) e avaliar outras possibilidades de habitar, viver junto, disputar e conceber território.

Para Escobar, a conexão ontológica entre território e vida é o que explica a tenacidade das lutas e dos engajamentos afetivos das populações com seus territórios, na medida em que essas lutas não são apenas lutas por recursos ou por direitos, nem apenas por autonomia, ainda que essas dimensões sejam importantes. De modo mais fundamental, elas são lutas pela existência, lutas por habitar outros modos de vida ou outros mundos. A dimensão ontológica do território, para o autor, assume uma perspectiva pluriversal, ou seja, acolhe a existência de outros e múltiplos mundos possíveis e nos convoca a pensar ancestralidades, cosmovisões, possibilidades de viver alternativas ao mundo moderno-capitalista. Essas outras experiências ou mundos são chamadas pelo autor de *ontologias relacionais*, e configuram um sentido profundo da vida: as lutas pelos territórios tornam-se lutas pela defesa dos muitos mundos que habitam o planeta (Escobar, 2008; 2016).

É nesse sentido que as lutas indígenas são lutas ontológicas: elas têm construído as condições de possibilidade de habitarmos outros mundos. Considerando as territorialidades como engajamentos afetivos sobre territórios, as batalhas ontológicas são centrais na sua constituição em ativismos indígenas. Territorialidades ontológicas são produzidas como políticas afetivas, permitem articular, ao mesmo tempo, contextos e ontologias e entender como viver, conceber e ocupar territórios se relacionam às lutas e às estratégias políticas.

Fluxos audiovisuais em rede, ativismos e territorialidades

A noção de fluxo audiovisual é construída a partir de uma retomada da noção de *fluxo televisivo* no trabalho de Raymond Williams e nas formulações de Jesús Martín-Barbero sobre o *entorno tecnocomunicativo*. Pensando na televisão como tecnologia e forma cultural, Williams (2016) parte de uma experiência pessoal concreta para observar transformações na experiência televisiva e perceber como mudanças nas estruturas sociais e econômicas e nos modos de organização do sistema de radiodifusão – como maior mobilidade, expansão do consumo, maior concorrência – articulam-se a mudanças na experiência televisiva. A qualidade de fluxo que marca nossa experiência com a televisão é “a característica que define a radiodifusão simultaneamente como uma tecnologia e uma forma cultural” (Williams, 2016, p. 97). Para Williams, afirmar que a televisão é, ao mesmo tempo, tecnologia e forma cultural é evidenciar que ela organiza nossa experiência em novos e diferentes modos.

As transformações na experiência comunicacional foram captadas por Martín-Barbero (2009) com a noção de entorno tecnocomunicativo, um ambiente comunicacional que não se configura pela presença da televisão ou de quaisquer mídias isoladas, mas do digital e da intermedialidade. Para Martín-Barbero (2009, p. 15), o que temos atualmente são mais formas mestiças de comunicação do que meios específicos. O entorno tecnocomunicativo refere-se ao nosso terceiro e mais novo ambiente social, bem como ao ambiente natural e ao ambiente urbano. Isso significa que, em nossas experiências de uso e apropriação de tecnologias no entorno tecnocomunicativo, a imersão não é pontual, na base do eu ligo, desligo. [...] É um mundo [...] onde somos vistos e vemos. E vemos ativamente. Produzimos visibilidade”.

Esse processo desenvolve-se a partir da interface da televisão com a internet; do cinema com a rádio; da rádio com a imprensa, desestabilizando a pretensão de unidade e coerência de um único meio de comunicação (televisão, cinema ou rádio). Os fluxos (virtuais, de imagens, informações) seriam, então, as formas culturais do entorno tecnocomunicativo. Atuam, portanto, “transversalmente em todos os meios” e devem ser pensados em conjunto com as migrações populacionais e os movimentos espaciais, tanto a partir das reconfigurações das relações simbólicas e imaginárias em torno dos territórios e das territorialidades como também de possíveis movimentos nas dinâmicas do entorno tecnocomunicativo.

O que Williams percebia como uma mudança na experiência televisiva tem efetivamente se consolidado como uma transformação mais ampla na nossa experiência comunicacional. A formulação sobre *fluxo audiovisual em rede* (Gomes, 2023), portanto, tenta captar essas transformações e oferecer uma chave para abordar a experiência que caracteriza nossa relação com o entorno tecnocomunicativo. Ela surge de uma articulação entre as noções de fluxo televisivo, de Williams, e a de fluxos de imagens e de informação, de Martín-Barbero (2009), em suas discussões sobre as mutações culturais e tecnológicas que configuram esse momento em que vivemos – o de um entorno tecnocomunicativo.

Fluxo audiovisual em rede retoma dois aspectos centrais para a compreensão do entorno tecnocomunicativo: ele engendra a conectividade de modo estratégico, e relaciona tecnicidades e identidades. Martín-Barbero argumenta por uma convergência cultural, em que a conectividade pode ser compreendida como forma cultural. A noção de *rede cultural* seria, assim, “a figura da convergência hoje” (Martín-Barbero, 2014, p. 31). Tal perspectiva contribui para olhar os fluxos audiovisuais em sua dimensão política, como articulação de engajamentos afetivos, abrindo-nos a outros mapas de importância. Em uma das suas implicações metodológicas, a ideia do fluxo como experiência e como forma cultural central nas tecnoculturas do entorno tecnocomunicativo leva a uma reorganização das pesquisas a partir das nossas experiências audiovisuais nos processos de investigação.

Ativismos e fluxos

Por ativismo político, estamos nos referindo a um sentido já reconhecido como método de ação de um movimento social ou de um coletivo político que se dedica às formas de ação direta. Mas, em nossos termos, o ativismo também é uma forma, com dinâmicas específicas em momentos históricos distintos, de articulação de afetos em valores, significados e interesses conformados como agendas políticas. Trata-se de um modo afetivo de engajamento político que pode se configurar tanto cotidianamente quanto em um evento de protesto sobre uma determinada demanda social e política. O ativismo se relaciona aos movimentos sociais, em um sentido amplo, mas não depende, necessariamente, de uma organização estável, seja ela institucionalizada ou não. Com essa perspectiva, chamamos a atenção para a forma como vemos o ativismo em relação aos afetos, fluxos e territórios.

Os fluxos (virtuais, de imagens e informações) mostram articulações de formas culturais, comunicativas e territoriais no ativismo político. Não há dicotomia, na constituição dos ativismos em fluxos audiovisuais, entre off-line e on-line, físico e virtual, dado que as experiências se dão na interconexão constante de formas culturais, comunicativas e de ocupação e apropriação territoriais. As manifestações e acampamentos, por exemplo, combinam, em diferentes configurações, modos de fazer e ver, de viver e sentir o ativismo em marchas, palavras de ordem, *hashtags*, produções audiovisuais, transmissões ao vivo, projeções em edifícios, comícios, articulando valores, visões de mundo e agendas políticas. São formas comunicativas e territoriais do ativismo convencionadas, acionadas, reiteradas ou reconfiguradas e, portanto, instáveis no espaço-tempo.

Para o sociólogo Charles Tilly, essas formas de ação coletiva e de confronto político constituem *repertório*, noção que surgiu como um modo de compreender o processo que produz o conjunto das formas de ação coletivas e de confronto acionadas e recriadas por movimentos sociais, considerando que os agentes políticos e tais formas não são preexistentes aos processos culturais, sociais e políticos (Alonso, 2012). É no processo do conflito que os atores, movimentos e ativismos se formam, são atualizados ou reconfigurados.

Pelo repertório, sabemos que um grupo de pessoas com faixas e cartazes ocupando uma avenida de uma cidade configura um protesto de rua. Isso não significa, entretanto, que os protestos seriam iguais em todos os tempos e lugares, ou seja, que os repertórios não mudariam. Essas formas, convencionadas, segundo Tilly (2006, p. 16-17), “se agrupam em repertórios, como todo o conjunto de rotinas de reivindicação de movimentos sociais [e ativismos] contemporâneos”, que se relacionam às experiências (aquilo que é reconhecido e pode ser experimentado) e às possibilidades diante de estruturas de poder e regimes políticos. As experiências e práticas culturais, as estratégias e os momentos políticos fazem com que as formas de confronto sejam diferentes em contextos distintos, “porque tanto os repertórios disponíveis quanto as estruturas predominantes para oportunidades políticas favorecem diferentes tipos e consequências da reivindicação coletiva”⁶.

O ativismo, nos fluxos audiovisuais, articula redes de práticas e produtos – discursivos, sonoros, textuais, imagéticos, audiovisuais – enquanto repertórios que permitem compreender as formas culturais, comunicativas e territoriais dos conflitos políticos. Essas redes organizam e mobilizam engajamentos afetivos sobre valores, formas de fazer e ver, de viver e sentir os processos políticos em relação à comunicação, à cultura e à vida cotidiana. O ativismo em fluxos audiovisuais não apresentará necessariamente uma organização de afetos, alianças políticas e coletividades baseadas em interesses ou em reivindicações institucionais face ao Estado, ou prescindirá de uma atuação específica em territórios físicos, embora incorpore tais formas. Pode também se situar na relação com as consideradas mídias tradicionais, como a televisão e o rádio, inclusive em estratégias de disputa de valores.

O ativismo político se localiza, assim, no entrelaçamento espaço-temporal de afetos, apropriações tecnológicas (como tecnoculturas) e territorialidades. Nesse sentido, os afetos são territorializadores (Grossberg, 2010) e constroem as nossas mobilidades e os nossos modos de ser e agir. Não há garantia de que as formas de ativismo sejam estáveis no tempo ou consolidem um repertório. Podem reproduzir ou colocar em tensão valores e formas culturais dominantes na disputa de convenções sobre os modos de fazer, de ver e sentir o ativismo político.

06 No original: “[...] how performances group into repertoires such as contemporary social movements whole array of claim-making routines. But we will also see how the typical interactions of social movements, revolutions, and other forms of contention differ from each other because both the available repertoires and the prevailing structures for political opportunity favor different kinds and consequences of collective claim-making”.

Demarcar telas e reflorestarmentes

Cartografamos fluxos audiovisuais indígenas nas mobilizações políticas Levante Pela Terra, Luta Pela Vida e Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, que ocorreram entre junho e setembro de 2021, articulando uma rede de afetos, formas comunicativas e territoriais que permeiam o acirramento dos conflitos no país. Nesses eventos de protesto, destacamos duas formas comunicativas que constituem repertório do ativismo indígena e territorialidades a partir da relação entre território e vida: *demarcar telas e reflorestarmentes*. Estas duas formas são centrais em nossa cartografia.

A demarcação de telas tem sido presente na linguagem cotidiana de ativismos indígenas por meio de manifestações, vídeos e postagens em plataformas de redes sociais, coletivos audiovisuais, mostras e festivais de cinema, debates em universidades. De acordo com Ailton Krenak,

Quando a gente fala em demarcar tela é exatamente o diálogo com o audiovisual. A tela é a arte, é o cinema, é o horizonte das artes plásticas no sentido mais amplo. [...] Nós não estamos simplesmente replicando o universo do cinema, [...] nós estamos inovando na linguagem (Canal Brasil, 2022, [s.p.]).

Krenak apresenta um sentido ampliado da demarcação das telas não apenas como a ocupação de um espaço, mas como uma reconfiguração das formas de linguagem – e, podemos afirmar, a ocupação ontológica como territorialidade. É importante destacar um aspecto teórico-conceitual de práticas comunicativas indígenas que afirmam a demarcação das telas. Esse aspecto faz parte de um caminho que vem sendo construído, sobretudo na virada para o século XXI, em práticas comunicativas indígenas na América Latina, como mostram Carlos Calderón, Alejandro Barranquero e Eva Tanco (2018), a partir da utilização de conceitos próprios e produzidos nas experiências de ativismo.

A agenda da demarcação é central nas lutas indígenas. Foi fundamental no processo de instalação da Constituinte, a partir de 1987, mas o seu histórico como luta alude às resistências indígenas e à defesa do território como vida em diferentes momentos, desde a invasão colonial e o genocídio contra esses povos que daí decorre. Felipe Cruz (2022a; 2022b) mostra que a denúncia do genocídio indígena é articulada à dimensão territorial. Ele recupera as bases do conceito de genocídio no começo do século XX e argumenta que uma noção inicial abarcava tanto o assassinato massivo de grupos sociais quanto ações sistemáticas de inviabilização dos modos de vida de um determinado povo, mas é remodelada para descrever os processos caracterizados por um tipo de morte física coletiva “como o Ocidente define o que é viver e morrer” (Cruz, 2022a, p. 169).

Para Cruz (2022a, p. 169), esse processo reproduz a separação cultura/natureza, que é a base de “ontologias ocidentais de vida/morte expressas, por exemplo, nas concepções cristãs de corpo e alma, matéria e espírito”. Para o autor, os significados subjacentes aos conceitos de *ecocídio*, *genocídio cultural* ou *etnocídio*, que pretendem incluir aspectos culturais e identitários, já estariam alcançados no próprio sentido de genocídio – reconhecido, ademais, como um crime tipificado em legislações nacionais e acordos internacionais –, que é estratégico na denúncia e na luta contra atualizações e novas formas de expressão dessas violências coloniais no Ocidente⁷.

07 Jaider Esbell Makuxi (2022, p. 21-22) associa os altos índices de desmatamento durante o governo de Jair Bolsonaro à prática do genocídio e defende que noções dominantes de conhecimento, território, natureza e tecnologia, construídas pelo “mundo invasor” como domínios isolados, continuam disseminadas nas leituras sobre o desmatamento e a pandemia da Covid-19, e que uma prática intelectual decolonizadora não prescindiu do questionamento de pretensão universal das compreensões ocidentais desses conceitos.

A utilização de noções como etnocídio e genocídio cultural, que acabam por apartar a cultura de uma ideia específica de natureza, acrescenta Cruz (2022a, p. 169), presume um entendimento que desconhece “o modo como os fundamentos essenciais de vida e existência de um grupo poderiam ser conceitual e ontologicamente vinculados ao que foi chamado de ‘ambiente’, ‘paisagem’ e seres não-humanos das florestas”. A demarcação das telas, como ativismo, aciona a dimensão ontológica do território e se apresenta enquanto forma cultural, territorial e comunicativa em fluxos audiovisuais em rede. A estratégia afirma a indissociabilidade entre território e vida, tensionando uma visada generalizante e etnocêntrica que reitera uma ideia de separação essencial entre cultura e natureza.

A demarcação, nesse processo, expande-se em diferentes experiências, ontologias e territorialidades a partir da vinculação entre lutas por demarcação de territórios e da demarcação das telas em fluxos audiovisuais em rede. Como principal agenda política, a demarcação dos territórios envolve o reconhecimento do Estado brasileiro de certos espaços do país como áreas tradicionais indígenas que possibilitam modos de vida e relações de ancestralidade que incorporam e são elas mesmas constituídas nesses territórios.

A demarcação das telas comporta uma instabilização e rearticulação, em formas comunicativas, da linguagem em afetos e sentidos. Ela amplia, ao mesmo tempo, o próprio sentido corriqueiro de “demarcar” como sinônimo de “restringir, recortar, delimitar”. Doreen Massey (2009, p. 232-235), a propósito da demarcação de terras dos povos Deni, na Amazônia brasileira, nos lembra que não há princípios espaciais gerais, pois eles sempre podem ser disputados por argumentos políticos, e que abrir/fechar fronteiras não se refere a formas espaciais abstratas, mas a dinâmicas, lutas, posicionalidades.

Assim, a luta pela demarcação dos territórios indígenas é uma luta contextual e, portanto, conjuntural (Grossberg, 2010) diante das violências coloniais, de suas reproduções e atualizações constantes, e também de formas hegemônicas de relação com o território – tanto como área de controle e regulação do Estado quanto em uma lógica da propriedade privada. Mas o próprio sentido de demarcar como “estabelecimento de limites”, incluído no propósito de demarcar territórios, também é mobilizado, como afeto, em uma abertura de fluxos audiovisuais em rede que evidencia as multiplicidades das relações territoriais e das experiências dos povos indígenas. Assim, a demarcação (dos territórios e das telas), como articulação afetiva, mobiliza relações entre território e vida como ancestralidade, coexistência, defesa da vida de todas as pessoas e também de não-humanos – incluindo uma perspectiva de aliança estratégica e luta coletiva em face das crises climáticas e ecológicas contemporâneas.

A experimentação das formas de ativismo enquanto constituintes de repertório na articulação afetiva da linguagem verbal, imagética e audiovisual como demarcação das telas possibilita reterritorializar modos de conceber o espaço e a comunicação produzidos a partir de um referencial racional e objetivo. Permite, ainda, uma outra ampliação, do ponto de vista analítico, da compreensão de como formas audiovisuais e territorialidades ontológicas se conectam como possibilidades de vida em fluxos de múltiplos modos de vida, de encontro, da coletividade e da fronteira como relações, não apenas delimitações. Tal expansão, conformada pelo modo como a demarcação das telas se conecta nos ativismos em fluxos audiovisuais, implica, em paralelo, uma articulação cartográfica de abertura para as nossas experiências em processos comunicacionais.

Partindo da demarcação das telas, esta cartografia também convoca a ideia de reflorestar mentes, central no ativismo da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que se apresenta como “uma grande articulação de Mulheres Indígenas de todos biomas do Brasil, com saberes, com tradições, com lutas que se somam e convergem que juntou mulheres mobilizadas pela garantia dos direitos indígenas e da vida dos nossos Povos” (ANMIGA, 2021, [s.p.]). A ANMIGA formou-se a partir da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, em 2019, e vem realizando mobilizações anuais. O Reflorestar mentes foi criado em 2021 como uma plataforma de organização de “conhecimentos e tecnologias ancestrais desenvolvidos e preservados por nós, mulheres indígenas, e os coloca à disposição de todas e todos que

compartilham conosco a preocupação com nossas vidas, com nossa terra, com nosso futuro” (ANMIGA, 2021, [s.p.]). O manifesto Reflorestar mentes foi divulgado como um “grande chamamento”:

É possível vivermos e convivermos de outra forma [...]. Cuidar da Mãe Terra é, no fundo, cuidar de nossos próprios corpos e espíritos. Corpo é terra, floresta é mente. Queremos reflorestar as mentes para que elas se somem para prover os cuidados tão necessários com nosso corpo-terra (ANMIGA, 2021, [s.p.]).

Enquanto uma forma mestiça de ativismo político – sendo tanto comunicativa quanto territorial – o Reflorestar mentes articula elementos e práticas de manifesto, plataforma, reflorestamento para convocar à disputa afetiva, cultural e de valores. Em conexão com a demarcação das telas, configura engajamentos afetivos em defesa de outras maneiras de viver, sentir e entender as relações entre território e vida. Andrielle Guilherme (2022, p. 175) explicita que a *plantation* e a “monocultura da mente” são contrapostas pelo Reflorestar mentes. Para a autora, há uma reconstituição de sentidos que ampara a concepção “ao mirar na confluência entre as culturas, entre as epistemes, entre as cosmologias, visando o diálogo intercultural que a atitude monocultural não é capaz de promover”. Podemos compreender, ainda, a perspectiva do Reflorestar mentes como uma agenda política em defesa da terra-floresta, da ecologia e de “tudo que ainda não tem cerca” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 480), como um outro modo possível de reconstituir e disputar relações entre território e vida.

Demarcar telas e reflorestar mentes, em conjunto, permitem instabilizar um modo dualista, individualista e fechado de entender território que “coloca em jogo os binarismos que constituem uma marca da modernidade-colonialidade: global x local; centro x periferia; centro x subúrbio; interior x litoral; campo x cidade; tradicional x contemporâneo; tradição x modernidade; branco x não-branco; racionalidade x afeto [...]” (Gomes *et al.*, 2023, p. 26-27). Assim, estabelecem uma maneira de rearticulação de territorialidades como vida enquanto aliança e coexistência.

As mobilizações Levante Pela Terra, Luta Pela Vida e Marcha Nacional das Mulheres Indígenas articularam diversas formas culturais e comunicativas do ativismo indígena. O principal objetivo desses eventos de protesto foi denunciar os ataques do governo Jair Bolsonaro aos povos indígenas e derrotar a tese do Marco Temporal, naquele momento em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os eventos também marcaram posições contrárias a diversos projetos de lei, sobretudo o PL 490/2007⁸.

Os direitos dos povos indígenas brasileiros vinham sendo fortemente atacados, em diferentes frentes, por setores econômicos e da extrema-direita. O governo de Jair Bolsonaro apoiava e articulava iniciativas anti-indígenas no Congresso Nacional, principalmente a flexibilização da exploração econômica em territórios indígenas por empresas do agronegócio e do garimpo. Tais setores também defendiam uma ideia de “integração” dos indígenas, reverberando discursos recorrentes na Ditadura Militar. Se, por um lado, uma política territorial de “integração” de indígenas e de dominação da natureza tenta historicamente se estabelecer com diferentes feições – nacionalista, desenvolvimentista, progressista –, uma cultura de violência no chamado “campo brasileiro” é naturalizada e reiterada em discursos institucionais, de ativistas e políticos da extrema-direita.

Ainda na pandemia da Covid-19, Denilson Baniwa (2022, p. 8) nos lembra do tipo de construção cultural e de afetos mobilizados por setores conservadores em relação aos agricultores no país: “Fui surpreendido com a publicação oficial do Governo do Brasil, em homenagem ao dia do agricultor brasileiro. Nela observamos a figura de um homem armado e ao fundo uma plantação”. A referência é uma postagem⁹ feita no dia 28 de julho de 2021, na conta oficial do Governo Federal, durante a gestão de Jair Bolsonaro, em pla-

⁰⁸ O Projeto de Lei 490/2007 agregava um conjunto de medidas, como a tese do Marco Temporal e a flexibilização da prática de mineração em territórios indígenas. Em 2023, as propostas do PL 490 foram incorporadas ao Projeto de Lei 2903/2023.

⁰⁹ Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2021/07/28/>>. Acesso em: ago. 2023.

taformas de redes sociais. No mesmo movimento em que explicita distintas temporalidades que constituem as relações do Brasil com o território, nas quais a violência é uma marca histórica, a suposta homenagem aos agricultores articula afetos relacionados ao medo e ao ressentimento em uma posição contrária às lutas pela demarcação de territórios indígenas. De acordo com Baniwa (2022, p. 8), expressa, ainda, o “caráter jagunço e bélico do agronegócio brasileiro”, que “legitima o aumento exponencial da violência contra os povos indígenas no governo Bolsonaro”.

Em junho de 2021, mais de mil ativistas indígenas ocuparam áreas próximas ao Palácio do Planalto e ao Congresso Nacional, em Brasília, para defender os direitos ao território na mobilização convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), ao lado de outras entidades de base, com a hashtag #LevantePelaTerra. A produção audiovisual “1º Levante pela Terra” (2021), do canal Catraca Livre no YouTube, apresenta-se como uma reportagem sobre a mobilização: “A apresentadora do #OutrosGiros, @priscilatapajowara, fala diretamente de Brasília sobre o 1º Levante Pela Terra. Cerca de 1000 indígenas de 40 povos estão em mobilização contra a agenda anti-indígena no Congresso Nacional e pela derrota do Marco Temporal e o PL 490”. A reportagem começa com narração e imagens na capital federal. Marchas estão acontecendo nas avenidas em articulação com danças tradicionais, promovendo o reconhecimento de uma manifestação indígena e, assim, disputando com formas imagéticas e territoriais dominantes sobre as experiências de protesto de rua ao articular ancestralidade e resistência, dança e luta.

A apresentadora Priscila Tapajowara, em voz *off*, descreve o que estava acontecendo, e depois aparece centralizada na imagem, no Acampamento Terra Livre (ATL), convidando quem assiste a saber mais sobre o Levante Pela Terra. Em seguida, surge a vinheta do programa, em uma construção que se vale de convenções associadas ao telejornalismo, como a ênfase na presença *in loco* da apresentadora. A reportagem tensiona, na forma audiovisual, o telejornalismo e o jornalismo modernos em alguns de seus principais valores: a objetividade e a imparcialidade. Priscila Tapajowara demarca telas e o telejornalismo não apenas se colocando ao lado dos manifestantes, mas também na articulação de formas audiovisuais e na sua afirmação como ativista – o que, por sua vez, convoca matrizes culturais de protestos como os de Junho de 2013 no Brasil (Ferreira, 2019). Em uma das imagens, um cartaz escrito “Vidas indígenas importam” aciona uma frase marcante em protestos que denunciam o racismo contra pessoas negras (“Black Lives Matter”) em diversos lugares do mundo – como uma articulação afetiva de repertório no ativismo em defesa do território, da vida e da aliança em sua relação com engajamentos identitários entre ativismos indígenas e negros.

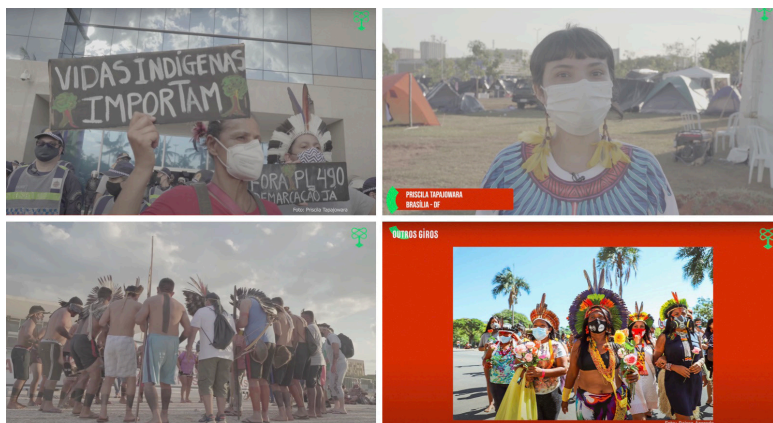


Figura 01: Frames de 1º Levante pela Terra

Fonte: Catraca Livre, programa *Outros Giros*, 2021.

O vídeo denuncia, ainda, junto com diversas imagens que circularam em plataformas de redes sociais, a repressão policial sofrida por indígenas que protestavam em frente ao prédio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Na manifestação, um ativista foi atingido por um tiro de bala de borracha e levado ao hospital. No dia seguinte, ativistas indígenas levaram flores para os policiais, recuperando e rearticulando uma ação simbólica e emblemática de lutas das esquerdas nos anos 1960, a exemplo da fotografia da ativista com uma flor em um protesto pacifista contra a Guerra do Vietnã, nos Estados Unidos.

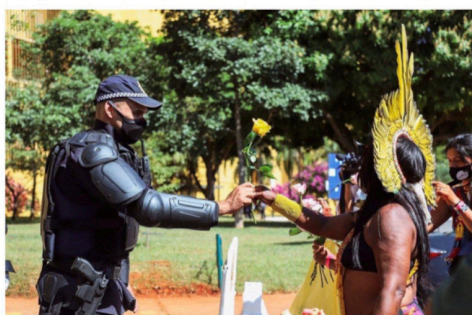


Figura 02: Ativistas distribuem flores para policiais

Fonte: Catraca Livre e Resumo fotográfico. Crédito: Marc Riboud.

No audiovisual “Levante pela terra – Pelo direito à vida e ao território dos povos indígenas” (2021), produzido pela Casa Ninja Amazônia, as *hashtags* #GarimpoNão, #ForaGarimpo, #PL490Não, #TerraIndígenaFica, #MarcoTemporalNão e #LevantePelaTerra acompanham a divulgação no YouTube. O filme denuncia tanto as violências e a falta de políticas públicas do governo Bolsonaro durante a pandemia quanto as ameaças dos projetos de lei encampados pela extrema-direita. Além disso, apresenta cenas que remetem às convenções do documentário, com entrevistados compartilhando experiências em depoimentos sobre as motivações da luta.

No início do filme, uma cena aérea, acompanhada de sons tradicionais indígenas, destaca o acampamento e o Eixo Monumental, em Brasília. Ativistas fazem pinturas corporais com jenipapo e urucum e depois aparecem marchando, enquanto o instrumental ganha a sonoridade do chacoalhar do maracá, tornando-se um canto tradicional de resistência do povo indígena Pataxó. Ativistas são entrevistados no ATL, e ocorre uma transição para cenas das marchas nas avenidas do Eixo Monumental. Nesse momento, o som fica mais grave e marcado, com um clima que remete aos filmes do gênero ação. O ativista Dario Kopenawa discursa em um caminhão e denuncia a presença de mais de 20 mil garimpeiros no território Yanomami: “Estamos tomando água suja, poluída por mercúrio. E essa casa que faz isso” – diz, fazendo referência à Agência Nacional de Mineração (ANM). A cena articula a forma cultural do comício de rua com a forma de transmissão audiovisual – em um *contra-plongêe* que expressa a perspectiva do manifestante sobre o discurso público.



Figura 03: Registros de Levante Pela Terra, Demarcação Já e Diretas Já

Fonte: *Mídia Ninja*, *Casa Ninja Amazônia*; *Folha de S.Paulo* (YouTube).
Crédito: J. Freitas.

Cenas que mostram a repressão aos ativistas em frente ao prédio da Funai são apresentadas em formato vertical, tendo sido produzidas com câmeras de celular. Vemos que policiais estão cercando ativistas, buscando controlar o espaço e estabelecer limites para a mobilidade e o protesto. Em um trecho que revela essa dinâmica territorial nas manifestações, Priscila Tapajowara, jornalista e ativista, fala com um policial que estava em uma dessas barreiras: “Está morrendo o nosso rio, nossas florestas. A gente está aqui pela vida”. Percebemos, na articulação da rede audiovisual, que a jornalista faz a cobertura e, ao mesmo tempo, protesta.

O filme também aciona a frente de luta a partir da atuação institucional de lideranças indígenas, que se aprofundou no movimento de “aldear a política”¹⁰, lançado em 2022 como uma convocação à ocupação de espaços institucionais por indígenas através de candidaturas nas eleições. Destaca-se uma faixa com a expressão “Demarcação Já”, próxima ao Congresso Nacional, acionando uma forma imagética histórica de apropriação do espaço público (como a bandeira das “Diretas Já”) e de pressão institucional.

As formas de ocupação e apropriação territorial em processos de ativismo político estão articuladas às formas imagéticas, informacionais e audiovisuais como modos de demarcar telas e reflorestar mentes. Na produção da Casa Ninja Amazônia, há interligações de marcas e matrizes audiovisuais a partir de convenções de gêneros cinematográficos (como ação) na articulação entre as cenas iniciais do protesto e na edição do som e das imagens do documentário; nos usos de *letterings* na descrição do Levante Pela Terra; no enquadramento da câmera; na centralidade dos depoimentos, sucessivos e complementares, sem um olhar do entrevistado diretamente para a câmera; na alternância entre os planos médio e aberto, e na transmissão de protestos com usos e apropriações de arquiteturas de plataformas de redes sociais em formatos verticais de imagem, como *selfie*.

¹⁰ Ver mais em APIB (2022).

Durante a mobilização Levante Pela Terra, o STF adiou a votação sobre a tese do Marco Temporal e mais uma mobilização, intitulada Luta Pela Vida, foi agendada para agosto. O próprio nome do evento de protesto disputa sentidos territoriais caracterizados por ideias de propriedade individual ou pelo controle econômico e do Estado na afirmação da dimensão ontológica enquanto território de vida. No manifesto Primavera Indígena, divulgado na ocasião, ativistas afirmam que “a Terra não é Nossa, somos nós que fazemos parte dela. [...] Na nossa tradição nunca houve essa história de regulamentar quem é ou não é dono da terra” (APIB, 2021, [s.p.]).

Nos dois eventos de protesto, as *hashtags* #LevantePelaTerra e #LutaPelaVida foram convocadas previamente como *hashtags* de mobilização para demarcar telas, circular, tecer alianças políticas e possivelmente gerar a viralização nas plataformas. As imagens foram produzidas em articulação com formas de ocupação e apropriação territoriais nos fluxos audiovisuais, levando em conta a demarcação das telas também como estratégia de viralização. Em uma das ações do Luta Pela Vida, o vídeo “Brasil é Terra Indígena” foi compartilhado por ativistas em plataformas variadas e mostra o momento de uma vigília, em frente ao STF, em protesto contra a tese do Marco Temporal.



Figura 04: Brasil Terra Indígena, vigília em frente ao STF/Luta Pela Vida

Fonte: YouTube, 2021.

Centenas de ativistas indígenas fizeram uma grande roda, com danças tradicionais, luzes acesas e no centro a frase “Brasil Terra Indígena”, reforçando as relações ancestrais do território como vida, demarcando telas e procurando reflorestar relações ainda hegemônicas do Estado-nação. Em conjunto, a demarcação das telas e a proposta de reflorestar mentes, na rede de fluxos audiovisuais, afirmam e mobilizam o território como vida na construção de outras relações com o futuro, em que a mudança cultural não se reduza ao progresso ou a uma ideia de desenvolvimento econômico, racional e linear. É no conflito com tais formações culturais dominantes, evidenciadas em afetos e na linguagem das produções audiovisuais, que formas de ativismos e modos ontológicos de conceber, viver e disputar território são constituídos e experimentados na luta política por transformação.

Considerações finais

Vimos como as proposições de *demarcar telas e reflorestar mentes* atuam, de maneira articulada, enquanto formas comunicativas dos ativismos indígenas em lutas pelo território como vida. Cartografamos uma rede de engajamentos afetivos, formas comunicativas e territorialidades, incorporando lutas ontológicas sobre territórios, rearticulando sentidos, modos de conceber, viver e transformar o território em defesa

da vida. Observamos que a própria ideia de demarcação é ampliada, na articulação de afetos em formas comunicativas de ativismo em fluxo e nas proposições de demarcar telas e reflorestar mentes, que revelam territorialidades ontológicas em conflito com lógicas hegemônicas e binárias de território.

A produção de audiovisuais para viralização como uma forma comunicativa do repertório ativista indígena se torna recorrente em fluxos audiovisuais na articulação de modos de ocupar territórios em processos de rearticulação de múltiplas territorialidades. É possível perceber a articulação de afetos que evidenciam lutas por mudanças de sentidos e relações com territórios, territorialidades e também a experimentação de formas audiovisuais de ativismo político na rede audiovisual cartografada em conexão com fluxos comunicacionais (em *hashtags*, imagens, textos, usos e apropriações de plataformas).

Os ativismos indígenas, constituídos em fluxos audiovisuais em rede, não somente reproduzem e procuram representar ou transmitir aquelas formas mais reconhecidas de mobilização e protesto, mas articulam também perspectivas ontológicas dos territórios e dos modos de vida, ou seja, da luta pelo território enquanto luta pela vida. Formas de confronto político já disseminadas e reconhecidas são acionadas e, simultaneamente, rearticuladas e amplificadas na apropriação audiovisual de outras formas de ativismo. A demarcação das telas, enquanto forma comunicativa e territorial articulada afetivamente em valores, interesses, agendas e perspectivas ontológicas, mobiliza politicamente a afirmação de outras possibilidades de relação entre experiência, comunicação, ativismo e território enquanto necessárias para o reflorestamento de sonhos e afetos, de corações e mentes.

Referências

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 21-41, 2012.

ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Manifesto Reflorestar mentes: reflorestar mentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história. **ANMIGA**, 10 set. 2021. Disponível em: <<https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes>>. Acesso: out. 2023.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Primavera Indígena: mobilização permanente pela vida e democracia APIB, 2021. **Portal APIB**, 25 ago. 2021. Disponível em: <<https://apiboficial.org/luta-pela-vida/page/6/>>. Acesso: jun. 2023.

_____. Yanomami sob ataque!. **Portal APIB**, 12 abr. 2022. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2022/04/12/>>. Acesso: out. 2023

BANIWA, D. Mártires indígenas: esqueceram que somos sementes. **Revista Reticências**, Fortaleza, n. 5, p. 6-11, 2022.

CALDERÓN, C.; BARRANQUERO, A.; TANCO, E. From Media to Buen Vivir: Latin American Approaches to Indigenous Communication. **Communication Theory, on-line**, v. 28, n. 2, p. 180-201, 2018.

CANAL BRASIL. Ailton Krenak explica o que é “Demarcar a Tela” | Cinejornal - Representatividade Indígena. **YouTube**, 26 abr. 2022. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=KcXtLlctGEI>. Acesso: jun. 2023.

CATRACA LIVRE. 1º Levante pela Terra. **YouTube**, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3ke_LkzDqY>. Acesso em: out. 2023.

CRUZ, F. S. M. **Letalidade branca**: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. 2022. 218 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022a.

_____. Movimento indígena e o Tribunal Penal Internacional (TPI): genocídio e estratégias de litigância durante a gestão bolsonarista. In: ALARCON, D.; MOURA PONTES, A.; CRUZ, F.; SANTOS, R. (Eds.). **A gente precisa lutar de todas as formas**: povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2022b. p. 333-367.

CUMULUS TV. Brasil é terra indígena. **YouTube**, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r__lQBk7KjU>. Acesso: jun. 2023.

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do Mito da modernidade – conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, A. **Territories of Difference**: Place, Movements, Life, Redes. Durham: Duke University Press, 2008.

_____. Thinking-Feeling with the Earth: Territorial Struggles and the Ontological Dimension of the Epistemologies of the South. **Revista de Antropología Iberoamericana**, on-line, v. 11, n. 1, p. 11-32, 2016.

FARIAS, D. **Fluxos ativistas e territórios**: afetos e repertórios na configuração comunicacional de ativismos no Brasil. 2023. Artigo (Qualificação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador, 2023 [não publicado].

_____.; GOMES, I. Fluxos ativistas indígenas: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil. **Revista ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 277-308, 2021.

FERREIRA, T. **Transformações de políticas e afetos no Brasil**: contextualizando radicalmente o acontecimento Junho de 2013 em fluxos audiovisuais. 2019. 278 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, : Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

GILBERT, J. **Common Ground**: Democracy and Collectivity in an Age of Individualism. Londres: Pluto Press, 2014.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**: Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GOMES, I. Consciência afetiva, modificações de presença e fluxo: comunicação e experiência nos Estudos Culturais. In: LEAL, B.; MENDONÇA, C. (Orgs.). **Teorias da comunicação e experiência**: aproximações. Cachoeirinha: Fi, 2023. p. 41-66.

_____.; JACOMÉ, P. P.; BERTOL, R.; MORETTIN, E. Figuras de historicidade como cartografia tátil: a questão da fronteira. **Temporalidades e espacialidades nos processos comunicacionais**. Belo Horizonte: PPGOM-UFMG, 2023.

_____.; ANTUNES, E. **Repensar a comunicação com Raymond Williams**: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas. Galáxia, São Paulo, p. 8-21, 2019.

GROSSBERG, L. **Cultural Studies in the Future Tense**. Durham: Duke Press, 2010a.

_____. Affect's Future: Rediscovering the Virtual in the Actual. In: GREGG, M.; SEIGWORTH, G. J. (Eds.). **The Affect Theory Reader**. Durham: Duke Press, 2010b. p. 309-338.

_____. **Under the Cover of Chaos**: Trump and the Battle for the American Right. Londres: Pluto Press, 2018.

GUILHERME, A. C. M. M. **Comunicadoras indígenas e a de(s)colonização das imagens**. 2022. 290 f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi-territorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. Retomar a história, atualizar a memória, continuar a luta. In: DORRICO, J.; DANNER, L.; CORREIA, H.; DANNER, F. (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MAKUXI, J. E. Autodecolonização: uma pesquisa pessoal no além coletivo. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. XIX, n. 37, p. 17-25, 2022.

MARTÍN-BARBERO, J. As formas mestiças da mídia. Entrevista a Mariluce Moura. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo [on-line], 2009.

_____. Diversidade em convergência. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15- 33, 2014.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MÍDIA NINJA. Levante pela terra – Pelo direito à vida e ao território dos povos indígenas. **YouTube**, 23 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1ED4dwc3G-k>>. Acesso em: out. 2023.

QUIJANO, A. Colonidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, A. Seleção e prólogo de Danilo Assis Clímaco – antología esencial. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 777-832.

TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago; Londres: Chicago Press, 2006.

WILLIAMS, R. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo; Belo Horizonte: Boitempo; PUC Minas, 2016.

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

O artigo é resultado dos projetos de pesquisa “Comunicação audiovisual em transição III: territorialidades como figura de historicidades”, de Itania Gomes, com Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ – Modalidade 1B/CNPq), e “Fluxos ativistas e territórios: afetos e repertórios na configuração comunicativa de ativismos políticos no Brasil”, de Daniel Farias, com Bolsa de Doutorado (CNPq – Apoio à Formação de Doutores em Áreas Estratégicas).

Fontes de financiamento

Bolsa de Produtividade em Pesquisa – PQ (1B)/ CNPq – Chamada CNPq Nº. 09/2022 (Processo: 308882/2022-9); Bolsa de Doutorado – Apoio à Formação de Doutores em Áreas Estratégicas/CNPQ – Chamada CNPq Nº 1/2019 (Processo: 140384/2021-9).

Apresentação anterior

Séminaire Comprendre les Images et les Sons Médiatiques (CEISME), 2022, Paris.

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Não se aplica.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho da pesquisa

Daniel Farias e Itania Gomes

Coleta de dados

Daniel Farias e Itania Gomes

Análise e/ou interpretação dos dados

Daniel Farias e Itania Gomes

Escrita e redação do artigo

Daniel Farias e Itania Gomes

Revisão crítica do conteúdo intelectual

Daniel Farias e Itania Gomes

Formatação e adequação do texto ao template da E-Compós

Daniel Farias e Itania Gomes

Informações sobre cuidados éticos e integridade científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?

Sim.

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?

Não se aplica.

Liste os financiadores da pesquisa:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?

Não se aplica.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?

Não se aplica.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?

Não se aplica.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?

Não se aplica.

Que interferências foram detectadas?

Não se aplica.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo:

Não se aplica.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?

Não.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?

Não se aplica.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

Não se aplica.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?

Não se aplica.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?

Não se aplica.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:

Não se aplica.